

CONVÊNIO N. OO/ /2022

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O JUÍZO DA 60ª ZONA ELEITORAL – TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA E O CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI – UNIVINCI PARA O FIM QUE ESPECIFICA.

A União Federal, representada pelo Juízo da 60 ª Zona Eleitoral – TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE SANTA CATARINA, com sede na Rua 28 de Agosto, 420, Bairro Nova Esperança, na cidade de Guaramirim/SC, neste ato representada pela Dra. Tatiana Cunha Espezim, Juíza Eleitoral, a seguir denominada CONVENENTE, e o CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI – UNIVINCI, Instituição de Ensino Superior mantida pela SOCIEDADE EDUCACIONAL DO VALE DO ITAPOCU LTDA, pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rodovia BR 280, n. 15885 – KM 60, Bairro Imigrantes, Guaramirim/SC, inscrita no CNPJ/MF sob n. 03.819.722/0001-60—, neste ato representada pelo seu pro Mário Sérgio Peixer Filho , doravante denominada CONVENIADA, celebram o presente Convênio curador, nos termos da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto a cooperação entre a CONVENENTE e a CONVENIADA, no intuito de propiciar aos alunos dos cursos da CONVENIADA a validação dos trabalhos eleitorais em horas de atividades extracurriculares, visando à complementação de seu ensino e aprendizagem e, também, a validação das horas-aulas do respectivo Curso de Mesários, na modalidade a distância e/ou presencial.

§ 1º Para fins deste Convênio, entendem-se como trabalhos eleitorais os serviços prestados à Justiça Eleitoral nas funções de Mesário (Presidente de Mesa, Secretário, 1º Mesário, 2º Mesário e Volante), que compreendem as atividades de montagem do ambiente de votação, emissão do relatório inicial da urna (zerésima), identificação e habilitação dos eleitores para a votação e justificativa, registros em ata, encerramento da votação, gravação da mídia de resultado (MR), emissão e afixação no local dos boletins de urna (BU), desmontagem da seção, armazenamento da urna e lacração dos envelopes oficiais com mídias e documento, etc.

§ 2º Também serão considerados trabalhos eleitorais os serviços prestados à Justiça Eleitoral nas funções de Apurador, Delegado de Prédio, Auxiliar de Secretaria, Motorista e Auxiliar de Serviço Eleitoral.

Esse documento foi assinado por MÁRIO SÉRGIO PEIXER FILHO. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.uniasselvi.com.br/validate/3XPXR-T5VL2-F7VJP-AK9XG





§ 3º A certificação acerca da realização de trabalhos eleitorais em horas de atividades extracurriculares dar-se-á conforme a atividade realizada:

- I Mesário: certificação de 20 horas;
- II Apurador: certificação de 8 horas;
- III Delegado de Prédio: certificação de 25 horas;
- IV Auxiliar de Secretaria: certificação de 12 horas;
- V Motorista: certificação de 20 horas; e
- VI Auxiliar de Serviço Eleitoral: certificação de 12 horas.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS

A prestação de serviços objeto deste Convênio será efetuada por aluno(s) devidamente matriculado(s) em cursos oferecidos pela **CONVENIADA**.

§ 1º O serviço prestado à **CONVENENTE**, por parte da **CONVENIADA**, dar-se-á a título gratuito.

§ 2º O serviço objeto deste Convênio, em relação ao(s) aluno(s), terá caráter de aprendizado, não gerando qualquer vínculo com a **CONVENENTE** ou com a **CONVENIADA**, em especial, o empregatício com relação ao(s) aluno(s).

§ 3º O(s) alunos(s) não serão admitidos para a realização dos trabalhos eleitorais se forem:

 I – candidatos ou parentes de candidatos, ainda que por afinidade, até o segundo grau, inclusive o cônjuge;

II – membros dos diretórios dos partidos políticos que exerçam função executiva;

III – autoridades e agentes policiais;

IV – servidores no desempenho de cargos de confiança do Poder

Executivo;

V – servidores que pertençam ao serviço eleitoral; e

VI – eleitores menores de 18 anos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES

- I Compete à CONVENIADA:
- a) divulgar a seus alunos o objeto do presente Convênio, utilizando-se das estruturas de mídias sociais, correio eletrônico ou qualquer outro meio

Esse documento foi assinado por MÁRIO SÉRGIO PEIXER FILHO. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://assinador.uniasselvi.com.br/validate/3XPXR-T5VL2-F7VJP-AK9XG





eficaz;

b) cadastrar, do modo que entender conveniente, o(s) aluno(s) interessado(s) na prestação de serviços objeto deste Convênio; e

c) encaminhar os interessados ao Cartório Eleitoral, a fim de que sejam cadastrados, cientificados das atribuições a serem desenvolvidas e orientados acerca da capacitação (Curso EaD e presencial).

II - Compete à CONVENENTE:

- a) emitir certidão circunstanciada subscrita pelo Juiz da Zona Eleitoral competente, atestando a participação do aluno nos eventos mencionados nos §§ 1º a 3º da Cláusula Primeira, a qual deverá ser retirada pelo aluno no Cartório Eleitoral;
- b) oferecer treinamentos ao(s) aluno(s) inscrito(s) nos termos do presente Convênio, emitindo o respectivo certificado; e
- c) adotar as medidas necessárias à ampla divulgação deste Convênio, por meio de cartazes a serem afixados nas dependências dos Cartórios, pela página do TRESC na internet e respectivas redes sociais.

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES AO CONVÊNIO

O complemento ou a alteração que o presente Convênio vier a sofrer será objeto de comum acordo entre as partes e formalizado mediante Termos Aditivos.

CLÁUSULA SEXTA – DO CUMPRIMENTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

É vedada às partes a utilização, para finalidade distinta daquela do objeto deste Convênio, de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução deste instrumento, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

As partes se comprometem a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial dos dados pessoais e dos dados pessoais sensíveis

a e e



– repassados em decorrência da execução do Convênio, em consonância com o disposto na Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras empresas ou pessoas, salvo se decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento deste instrumento.

As partes responderão administrativa e judicialmente caso causem danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos aos titulares de dados pessoais repassados em decorrência da execução do Convênio, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados.

Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados, o CONVENENTE, em razão da execução deste Convênio, tem acesso a dados pessoais dos representantes e/ou empregados da CONVENIADA, tais como número do CPF e do RG e endereços eletrônico e residencial, os quais receberão tratamento conforme a legislação, para o cumprimento das atribuições do TRE-SC.

A **CONVENIADA** declara que tem ciência dos termos da Lei Geral de Proteção de Dados e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo **CONVENENTE**.

A CONVENIADA fica obrigada a comunicar ao CONVENENTE, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente relacionado a acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados.

A **CONVENIADA** é responsável, no término do presente Convênio, pela devolução dos dados ao **CONVENENTE** ou pela sua eliminação, quando for o caso, não devendo armazená-los ou repassá-los a terceiros, salvo nas hipóteses de obrigação legal ou contratualmente previstas, devendo, em todo caso, observar os preceitos da Lei Geral de Proteção de Dados.

Quando for caso de eliminação dos dados, a CONVENIADA deverá informar ao CONVENENTE a realização do procedimento e a metodologia empregada, para confirmar a destinação das informações

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Todas as comunicações relativas ao presente Convênio serão consideradas como regularmente feitas se entregues com aviso de recebimento ou correspondência devidamente protocolada.

CLÁUSULA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

Caberá à Escola Judiciária Eleitoral - EJESC providenciar a

ICP Transfer



publicação deste Convênio e de todos os Termos Aditivos a ele referentes, no Diário da Justiça Eleitoral de Santa Catarina (DJESC).

CLÁUSULA NONA – DO FORO

Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Termo que não possam ser resolvidas administrativamente, as partes elegem o foro da Subseção Judiciária da Justiça Federal – Subseção Judiciária de Florianópolis/SC.

E, por estarem justas e acordadas as partes, assinam o presente Convênio, nos termos deste instrumento, em duas vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo arroladas.

Guaramirim (SC), 27 de atriblo de 2022.

Dra. Tatiana Cunha Espezim

Juíza Eleitoral da 60 ª ZE

Assinado eletronicamente por: MÁRIO SÉRGIO PEIXER FILHO CPF: ***.023.409-** Data: 26/09/2022 17:08:41 -03:00

Mário Sérgio Peixer Filho

CENTO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA **VINCI - UNIVINCI**

TESTEMUNHAS:

Nome: Crotian Idrik ganglulari CPF: 066.160.359-63

Nome: Grisaldo C. Cunimeha CPF: 612.801.609-00

~





MANIFESTO DE ASSINATURAS



Código de validação: 3XPXR-T5VL2-F7VJP-AK9XG

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

✓ MÁRIO SÉRGIO PEIXER FILHO (CPF ***.023.409-**) em 26/09/2022 17:08 Assinado eletronicamente

Endereço IP 177.200.221.234	Geolocalização Lat: -26,471664 Long: -49,031226 Precisão: 1034 (metros)
Autenticação mario.filho@uniasselvi.com.br (Verificado) Login	
q12V7wq/i6CxvVg2THnlsKL638MjhdCrZSXLC/SVF3A=	

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

https://assinador.uniasselvi.com.br/validate/3XPXR-T5VL2-F7VJP-AK9XG

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

https://assinador.uniasselvi.com.br/validate